

ECONOMIA

‘Trapalhada administrativa’ para viabilizar Auxílio Brasil pode gerar inflação e dólar mais altos, diz ex-ministro da Fazenda

Estratégia para fugir da principal âncora fiscal gera desconfiança no mercado

João Sorima Neto e Stephanie Tondo

20/10/2021 - 05:30 / Atualizado em 20/10/2021 - 08:14



O economista e ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega avalia plano Auxílio Brasil fora do teto de gastos como 'trapalhada administrativa' Foto: Luís Ushirobira / Agência O Globo

RIO e SÃO PAULO — A decisão do governo de manter parte dos custos com o novo benefício social, o Auxílio Brasil, fora do teto de gastos (crescimento das despesas limitado à inflação, imposto por lei) tem potencial para gerar mais inflação e afugentar investidores, dizem especialistas.

Esses movimentos vêm da percepção da perda de credibilidade da política fiscal. O ex-ministro da Fazenda Maílson da Nobrega classificou a decisão de deixar o gasto fora do teto como “uma trapalhada administrativa.

Para ele, a proposta é uma “barbearagem” para tentar alavancar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro:

— Foi uma barbearagem. O presidente deve ter pressionado para que o projeto fosse apressado para alavancar sua popularidade e o mercado reagiu mal. Trata-se de um misto de populismo fiscal com trapalhada administrativa. O mercado até melhorou depois que a cerimônia foi cancelada.

Para o ex-ministro, a medida sinaliza uma piora no quadro fiscal. Na tentativa de buscar espaço fiscal, diz o economista, “vão dar calote nos precatórios, o que é uma violação de contrato e uma vergonha para uma equipe econômica que se diz ultraliberal”.

Ao não respeitar uma das principais âncoras fiscais, o governo mina a confiança do investidor, principalmente a do estrangeiro, que corresponde a 47% dos que investem na Bolsa brasileira, a B3, avalia o economista-chefe da RPS Capital, Gabriel de Barros:

— A impressão que passa é que o Brasil não cumpre nem os contratos que assina consigo mesmo, que é um país com baixa segurança institucional e que pode mudar a regra do jogo a qualquer momento.

Menos empregos

A consequência desse tipo de ação é uma maior aversão a risco, que resulta na desvalorização do real frente ao dólar. Como consequência, os preços sobem, especialmente da gasolina e do diesel, que são atrelados à cotação internacional.

Ao mesmo tempo, uma percepção de maior risco faz com que os juros futuros subam, reduzindo a capacidade de investimento na economia.

O resultado, aponta Barros, é um ano de 2022 com menos empregos e a população com o poder de compra corroído pela inflação:

— O governo dá com uma mão e tira com a outra, porque a qualidade dessa decisão é economicamente muito ruim. É uma falsa solução, um populismo fiscal com horizonte curto.

O **economista-chefe da agência de classificação de risco Austin Rating, Alex Agostini**, avalia que decisões como bancar parte do futuro Auxílio Brasil com recursos fora do teto de gastos pioram as expectativas sobre o desempenho da economia brasileira. “O descontrole fiscal antecipa um aumento da inflação”.

— A ala técnica do governo, comandada pelo ministro Paulo Guedes, tem como pilar o controle das contas públicas e vinha resistindo. Já a ala política do governo não quer pensar nas consequências econômicas, tem simplesmente como objetivo a reeleição. Isso leva à deterioração das expectativas de crescimento do país — afirma.

Ele diz que o mercado “torceu o nariz” para a proposta do Palácio do Planalto.

— Não existe plano para ter austeridade fiscal, mas sim para o aumento de despesas, independentemente se fica fora do teto.